



Termo de Cooperação Técnica nº. 002/2026.
Processo Administrativo nº 2025-JX2KG

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT) e o Município de Afonso Cláudio, tendo por objeto a construção do campo society no Distrito Francisco Correa, Mata Fria.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o 07.412.119/0001-10, com sede na Rua Coronel Schwab Filho s/nº Bento Ferreira – Vitória/ES – CEP 29.050-780, representada legalmente pela sua Secretária, Sra. Fernanda Maria Souza, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o n. [REDACTED] e no RG sob o n. [REDACTED], domiciliada na Rua da Macieira, nº 154, Balneário de Carapebus, CEP: 2964869, e o Município de Afonso Cláudio, inscrito no CNPJ / MF sob o nº 27.165.562/0001-41, com sede na Praça da Independência, 341, Centro, Afonso Cláudio-ES doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo seu Administrador Público, Sr. Luciano Roncetti Pimenta, portador da carteira de identidade [REDACTED], e inscrito no CPF sob o nº. [REDACTED], em conformidade com os autos do processo nº. 2025-474JF e com fundamento na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000; resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica para construção de campo de futebol society no Distrito Francisco Correa, Mata Fria, Município de Afonso Cláudio que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a construção do campo de futebol society em Afonso Cláudio, conforme plano de trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, e conforme parâmetros estabelecidos na Ata de Registro de Preços n. 006/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES 2.1

Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1 Ao CONCEDENTE:



- a) realizar, por suas próprias expensas, os serviços de construção de campo incluindo instalação de gramado sintético, iluminação de LED e Alambrado, contemplando a inclusão de todo material, mão de obra, inclusive a preparação do solo, base, caixa de campo, sistema de drenagem e equipamentos esportivos (traves de futebol);
- b) apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENENTE;
- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução dos serviços.

2.1.2 – Ao CONVENENTE:

- a) executar as ações necessárias à consecução do objeto desta parceria;
- b) indicar e disponibilizar o imóvel que receberá os serviços de construção do campo;
- c) observar e cumprir as regras da Lei Federal nº. 14.133/2021 na celebração de contratos necessários para execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica;

Parágrafo único. Em caso de não execução da contrapartida por parte do município-parceiro, este se obrigará a restituir ao Estado do Espírito Santo no valor correspondente ao investimento realizado no bojo desta parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente instrumento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

3.2 Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência da presente parceria.

3.3 Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência da parceria ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a



celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 O presente Termo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

4.2 As despesas necessárias à consecução do objeto deste instrumento serão assumidas pelos partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições e nos termos das normas aplicáveis às finanças públicas.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

5.1 A SESPORT designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de Termo Aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

6.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação Técnica com alteração da natureza do objeto.

6.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

6.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança das metas e do prazo de vigência.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO



8.1 - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado.

8.2 - O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICIDADE

9.1 - A eficácia do presente Termo de Cooperação Técnica ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

9.2 - Eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Cooperação Técnica ou que com ele tenham relação deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

10.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria de Esportes e Lazer



Vitória/ES, 15 de janeiro de 2026 .

(assinado eletronicamente)
Fernanda Maria Souza
Secretário de Estado de Esporte e Lazer – SESPORT

(assinado eletronicamente)
Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito do Município de Afonso Cláudio